

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS****CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA - CCET/CoC/CCET**

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905

Telefone: (16) 3351-8111 - <http://www.ufscar.br>**ATO ADMINISTRATIVO COC/CCET Nº 8, DE 30 DE MARÇO DE 2021.**

O **Presidente do Conselho do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos** no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar, e

CONSIDERANDO as deliberações da 2ª Sessão Ordinária da 89ª reunião ordinária do Conselho do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, realizada em 30 de março de 2021;

**RESOLVE:**

Homologar a aprovação da minuta de Regimento Interno do Departamento de Matemática.

**Prof. Dr. Luiz Fernando de Oriani e Paulillo**  
**Presidente do CoC-CCET**



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando de Oriani e Paulillo, Presidente do Conselho**, em 30/03/2021, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **0365708** e o código CRC **301AA067**.

**Referência:** Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.006067/2021-29

SEI nº 0365708

Modelo de Documento: Adm: Ato Administrativo, versão de 02/Agosto/2019



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/SP  
SETOR DE CONSULTIVO

ROD. WASHINGTON LUÍS KM 235 - SP-310 - SÃO CARLOS CEP 13565-905 TEL: (16) 3351-8106

**PARECER n. 00025/2021/CONS/PFFUFSCAR/PGF/AGU**

**NUP: 23112.005932/2021-10**

**INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DM UFSCAR E OUTROS**

**ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES**

EMENTA:

- I - Análise de minuta de regimento interno do Departamento de Matemática da UFSCar (DM/CCET)
- II - Proposta elaborada a partir de minuta-padrão, previamente aprovada pelo Conselho Universitário.
- III- Viabilidade de aprovação da proposta de regimento apresentada.

Senhor Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET),

1. O presente processo administrativo veio a esta Procuradoria Federal para análise da minuta de Regimento Interno do Departamento de Matemática (DM), vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET).
2. A minuta em análise foi aprovada na 2ª Sessão da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Departamental do Departamento de Matemática (CD/DM), realizada em 22 de março de 2021.
3. Do referido processo constam um pedido de análise do Departamento de Matemática (doc. 0360768), a já mencionada minuta de regimento interno (doc. 0360917) e o Ofício da Direção do Centro solicitando a presente análise jurídica (doc. 0366009).
4. Preliminarmente, considera-se conveniente registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.
5. Nessa linha de raciocínio, à luz do art. 131 da Constituição Federal de 1988 e do art. 10 §1º da Lei 10.480/2002, incumbe a este Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da UFSCar, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.
6. Ao se analisar uma minuta de regimento interno de qualquer natureza (regimento de departamento, programas de pós-graduação, centros, pró-reitorias, entre outros), umas das principais verificações é no sentido de observar se o regimento que se pretende aprovar está em conformidade com os normativos superiores da UFSCar, principalmente Estatuto da UFSCar e Regimento Geral da universidade, bem como a legislação externa.
7. Ou seja, para que se mostre adequado e livre de vícios, o regimento departamental não poderá trazer em seu texto qualquer dispositivo em conflito ou atrito com as mencionadas normas superiores.
8. No caso, a minuta apresentada reflete com muita proximidade, com acréscimos de detalhes em algumas passagens, a proposta de minuta padrão prevista na Resolução ConsUni 789/2014, alterada pela Resolução ConsUni 838/2016, destinada a servir de modelo para elaboração de regimentos interno dos departamentos acadêmicos da UFSCar.
9. Nela consta, entre outros elementos, a composição do próprio conselho e seu modo de funcionamento (conforme art. 12, IV, e 16 a 26 do Regimento Geral), sua administração pelo conselho departamental e chefia, mandatos e nomeação de chefe e vice-chefe e, bem assim, a representação discente e do corpo técnico-administrativo no conselho (arts.

36 a 39 do Estatuto da UFSCar). Consta ainda a obrigatoriedade de percentual mínimo de 70% (setenta por cento) de docentes na composição do conselho, em atendimento aos ditames do art. 56, parágrafo único, da LDB.

10. Destarte, merece destaque na minuta ora considerada que a composição do Conselho Departamental (CD-DM) se mostra de acordo com o art. 56 da Lei 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), abaixo transcrito:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

11. No caso, o art. 7º, § 1º da minuta atende a legislação superior externa ao tratar da composição do Colegiado Departamental:

Art. 7º. O Conselho Departamental é constituído pelos seguintes membros:

§1º. O Conselho Departamental deverá ser composto por, no mínimo, 70% de docentes integrantes do quadro permanente da UFSCar, e no máximo 30% de representantes discentes e de servidores técnico-administrativos.

### CONCLUSÃO

12. Ante o exposto, apresenta-se parecer opinativo à consulta formalizada a esta Procuradoria Federal, cuja conclusão é no sentido de viabilidade jurídica da aprovação pelo CoC/CCET da minuta do regimento interno do Departamento de Matemática tal como apresentada para análise, com a recomendação de posterior homologação pelo Conselho Universitário.

São Carlos, 01 de abril de 2021.

*(documento assinado eletronicamente)*

MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES  
PROCURADOR-CHEFE DA PF-UFSCar

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23112005932202110 e da chave de acesso 1707c1c2

---

Documento assinado eletronicamente por MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 607550864 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES. Data e Hora: 28-04-2021 01:54. Número de Série: 106216776461738784933086984098951133520. Emissor: AC SINCOR RFB G5.

---

# Regimento Interno do Departamento de Matemática

## Capítulo I

### DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA

**Art. 1º.** O Departamento de Matemática, doravante denominado DM, constituído nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFSCar, tem suas atividades regulamentadas pelo presente Regimento Interno.

**Art. 2º.** O DM abrange as áreas do conhecimento relacionadas aos campos da Matemática e Ensino de Matemática, de acordo com as especificidades do trabalho em ensino, pesquisa e extensão, agrupando docentes com formação acadêmica afim.

## Capítulo II

### DOS OBJETIVOS

**Art. 3º.** O DM tem como objetivo geral contribuir para o aprofundamento e a reflexão teórico-prática do ensino, pesquisa e extensão em Matemática, propondo-se a:

I. Produzir conhecimento nas áreas de Matemática, Ensino de Matemática e campos multidisciplinares em que esta contribuição seja pertinente;

II. Analisar e sistematizar o conhecimento produzido na área de Matemática para seu aprofundamento e reflexão no campo teórico-prático do ensino, pesquisa e extensão;

III. Tornar acessível à comunidade o conhecimento produzido na área de Matemática, em especial:

- a) Prestar serviços integrados à investigação científica e à formação de alunos;
- b) Fomentar e divulgar a Matemática;
- c) Contribuir para a formação, especialização, aperfeiçoamento e atualização de profissionais no que for relativo à Matemática e ao Ensino de Matemática e pertinente aos respectivos campos de atuação profissional;
- d) Contribuir para a formação de pesquisadores em Matemática e em campos multidisciplinares afins;
- e) Oferecer assessoria e consultoria sobre assuntos que integram as áreas de conhecimento abrangidas pelo DM.

### Capítulo III

## DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 4º.** A administração do DM é constituída:

- I. Pelo Conselho Departamental;
- II. Pela Chefia;
- III. Pela Secretaria do Departamento.

**Art. 5º.** O Chefe e o Vice-Chefe do Departamento são nomeados pelo Diretor do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), a partir de processo de eleição direta, homologado pelo Conselho de Centro e realizado junto aos docentes e servidores técnico-administrativos do DM, bem como pelos alunos, nos termos previstos no artigo 22 desta Resolução.

**Parágrafo único.** O mandato do Chefe e do Vice-Chefe do Departamento é de dois anos, permitida uma única recondução consecutiva.

**Art. 6º.** O Conselho Departamental é órgão deliberativo superior do DM para assuntos pertinentes à administração acadêmica do Departamento.

**Art. 7º.** O Conselho Departamental é constituído pelos seguintes membros:

- I. Pelo Chefe do Departamento, como seu presidente;
- II. Pelo Vice-Chefe, como seu vice-presidente;
- III. Por 10% do conjunto dos adjuntos + categorias anteriores (menor inteiro maior que); 10% do conjunto dos associados (menor inteiro maior que); e 10% dos titulares (menor inteiro maior que);
- IV. Pelo Coordenador dos cursos de Graduação em Matemática;
- V. Pelo Coordenador do PPGM;
- VI. Pelo Coordenador do PPGECE ou ProfMat desde que seja docente do DM;
- VII. Por um representante do corpo discente da graduação do DM, e por um representante discente dos programas de pós-graduação do DM;
- VIII. Por um representante dos servidores técnico-administrativos lotados no DM.

§ 1º. O Conselho Departamental deverá ser composto por, no mínimo, 70% de docentes integrantes do quadro permanente da UFSCar, e no máximo 30% de representantes discentes e de servidores técnico-administrativos.

§ 2º. O Conselho Departamental definirá quais programas de pós-graduação terão repre-

sentantes discentes no colegiado, sendo esses representantes eleitos por seus pares dentre os alunos regularmente matriculados nos referidos programas.

**§ 3º.** Na situação em que os coordenadores de ambos os programas PPGECE e ProfMat não forem docentes do DM, poderá ser indicado um de seus vice-coordenadores que seja docente do DM. Em qualquer outra situação, a vaga no Conselho do Departamento restará sem ser preenchida.

**Art. 8º.** Os representantes da categoria de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como seus suplentes, serão eleitos por seus pares.

**Art. 9º.** Os representantes do corpo discente, bem como seus suplentes, serão eleitos por seus pares, observado o disposto nos artigos 7º e 22 deste Regimento.

## Capítulo IV

### DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

**Art. 10.** Compete ao Conselho Departamental do DM:

- I. Elaborar e modificar o regimento interno do Departamento, mediante ato a ser aprovado pelo Conselho de Centro e homologado pelo Conselho Universitário;
- II. Propor providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis ao bom andamento das atividades do Departamento;
- III. Elaborar e aprovar o Plano Diretor do Departamento;
- IV. Constituir e extinguir, no âmbito de sua competência, comissões permanentes e provisórias, estabelecendo suas atribuições e composições;
- V. Propor a abertura do concurso público para o preenchimento de vagas de pessoal docente e técnico-administrativo e de processo de seleção para professor substituto e professor visitante, respeitadas a legislação em vigor e as normas institucionais;
- VI. Deliberar sobre as indicações feitas pelo Chefe do Departamento, para coordenação de setores específicos de atividades;
- VII. Analisar as demandas de coordenações de cursos de graduação e programas de pós-graduação e definir quais deverão ser atendidos, indicando, inclusive, quais docentes ficarão responsáveis pelas disciplinas de graduação.
- VIII. Deliberar sobre os encargos de ensino de graduação, pesquisa e extensão ao pessoal docente que integre o Departamento, segundo as suas capacidades e especialização;
- IX. Aprovar o relatório anual do Departamento;

- X. Elaborar os planos de trabalho do Departamento e a parte que lhe competir no plano anual de atividades universitárias;
- XI. Elaborar as listas de oferta de disciplinas de graduação de responsabilidade do Departamento, bem como os respectivos conteúdos programáticos, carga horária, número de créditos;
- XII. Aprovar os planos de ensino das disciplinas de sua responsabilidade;
- XIII. Apreciar pedidos de afastamento e de transferência de pessoal docente e de pessoal técnico-administrativo;
- XIV. Apreciar as propostas de celebração de convênios que envolvam o Departamento, submetendo-os aos órgãos competentes;
- XV. Propor a criação de cargos e funções para pessoal docente e técnico administrativo;
- XVI. Autorizar, no âmbito de sua competência, afastamento de pessoal docente e técnico-administrativo em licença especial;
- XVII. Elaborar critérios de avaliação do desempenho do Departamento, incluídos os servidores docentes e técnico-administrativos;
- XVIII. Deliberar acerca dos relatórios de docentes afastados para atividades de capacitação.
- XIX. Encaminhar ao Centro a que está vinculado, o resultado das eleições para Chefia, Vice-Chefia e representantes do Conselho.
- XX. Exercer as demais atividades atribuídas pelo Estatuto, Regimento Geral e demais normas institucionais.

## Capítulo V

### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

**Art. 11.** O Conselho Departamental reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, em sessões extraordinárias, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º. A convocação do Conselho Departamental será feita por seu presidente, com a antecedência mínima de dois dias úteis, mediante correspondência escrita com indicação da pauta dos assuntos a serem tratados na reunião.

§ 2º. A antecedência de dois dias úteis poderá ser abreviada e a pauta poderá ser omitida quando ocorrerem motivos excepcionais, a serem justificados no documento de convocação ou no início da reunião, e desde que aceitos pela maioria dos membros do Conselho Departamental.

§ 3º. No caso de solicitação de reunião realizada pela maioria dos membros do Conselho, tal

solicitação deverá indicar a pauta a ser tratada e o Presidente do Conselho deverá convocar no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e máximo de 72 (setenta e duas) horas com a pauta contendo todos os itens da solicitação.

**Art. 12.** O Conselho Departamental reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, deliberando pelo voto da maioria dos presentes à reunião, salvo nos casos especiais previstos no Estatuto, no Regimento Geral ou nas demais normas institucionais.

§ 1º. Não serão computadas para efeito de contagem de quórum, as representações que não estiverem efetivamente preenchidas na data da convocação da respectiva reunião.

§ 2º. Não sendo alcançado quórum para realização de uma reunião do Conselho, será convocada nova reunião, em nova data, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 13.** A presidência do Conselho Departamental, na falta ou impedimento do seu Presidente e do seu substituto legal, será exercida pelo mais antigo professor do Departamento, pertencente à categoria docente mais qualificada.

**Art. 14.** Os membros do Conselho Departamental terão direito a voz e voto com exceção do Presidente, a quem compete apenas o voto desempate.

§ 1º. A votação será simbólica ou nominal, adotando-se a primeira forma, sempre que a outra não seja requerida ou aprovada pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Nenhum membro do Conselho Departamental poderá votar em assunto que seja de seu direto e exclusivo interesse.

**Art. 15.** Da decisão do Conselho Departamental cabe, em primeira instância, pedido de reconsideração para o próprio colegiado e, posteriormente, recurso aos órgãos superiores, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFSCar.

**Art. 16.** O membro do Conselho Departamental que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião, deve comunicar essa impossibilidade, por escrito, à Secretaria do Departamento.

**Art. 17.** O Conselheiro que, no decorrer de seu mandato, faltar, sem a devida justificativa, três vezes consecutivas ou cinco intercaladas, às reuniões do Conselho Departamental poderá ser excluído, a critério do próprio Conselho, cabendo à Presidência solicitar a sua substituição.

**Parágrafo único.** O membro excluído somente poderá ser reinserido, antes de terminado o mandato, mediante solicitação formal dirigida ao Conselho Departamental e acolhida pelo Colegiado.



## Capítulo VI

### DAS ATRIBUIÇÕES DA CHEFIA

**Art. 18.** Compete ao Chefe do Departamento:

- I. Superintender e coordenar as atividades do Departamento, de acordo com as diretrizes do Conselho Departamental;
- II. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Departamental;
- III. Administrar e representar o Departamento;
- IV. Colaborar com as coordenações de curso na observância do regime acadêmico, no cumprimento dos planos de ensino e na execução dos demais planos de trabalho;
- V. Identificar assiduidade e a produtividade de seus servidores docentes e técnico-administrativos;
- VI. Zelar pela ordem no âmbito do Departamento;
- VII. Apresentar ao Diretor do Centro, até o mês de dezembro de cada ano, após aprovação do Conselho Departamental, o relatório de atividades do departamento, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VIII. Encaminhar ao Diretor do Centro, em tempo hábil, a discriminação da receita e da despesa prevista para o Departamento, como subsídio à elaboração da proposta orçamentária;
- IX. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da UFSCar, assim como as deliberações do Departamento e dos órgãos superiores e da administração setorial da Universidade;
- X. Adotar, em caso de urgência, medidas que sejam de competência do Conselho Departamental, submetendo o seu ato à ratificação deste na próxima reunião do Conselho Departamental ordinária ou extraordinária;
- XI. Apresentar ao Diretor de Centro, após aprovação do Conselho Departamental, o Plano Diretor Bienal das atividades do Departamento;
- XII. Administrar tarefas e prazos para o cumprimento das atribuições do Departamento por parte de seus componentes, bem como pelas comissões assessoras, garantindo as decisões necessárias para a boa condução das atividades;
- XIII. Convocar as eleições para o Conselho Departamental, designando Comissão Eleitoral;
- XIV. Exercer as demais atividades previstas no Estatuto, Regimento Geral e demais normas institucionais da UFSCar.

§ 1º. Das decisões do Chefe do Departamento cabe o pedido de reconsideração ao próprio Chefe, em primeira instância, e, posteriormente, recurso ao Conselho Departamental.

§ 2º. A substituição do Chefe do Departamento, em suas faltas e impedimentos, cabe ao Vice-Chefe, designado na forma do Estatuto da Universidade.

## Capítulo VII

### DA SECRETARIA

**Art. 19.** O DM conta com uma Secretaria, à qual cabe, prioritariamente, dar apoio administrativo às atividades da Chefia, em especial:

- I. Execução das deliberações do Conselho Departamental;
- II. Secretariar as reuniões do Conselho Departamental e redigir suas atas;
- III. Atendimento às solicitações dos diversos órgãos existentes na Universidade, inclusive no que se refere a normas e prazos de encaminhamento;
- IV. Despacho regular de documentos;
- V. Cumprimento de normas vigentes na Universidade;
- VI. Controle de frequência, escala de férias e licenças diversas de pessoal docente e técnico-administrativo;
- VII. Manutenção dos arquivos do Departamento, organizados e atualizados;
- VIII. Controle de material permanente e de consumo, bem como à tomada de providências para a manutenção do material permanente da unidade;
- IX. Elaboração de relatórios e projetos da unidade;
- X. Realização de reuniões e outros eventos promovidos pelo Departamento.

**Parágrafo único.** Cabe, ainda, à Secretaria, na medida do possível, atender às necessidades de serviços dos docentes do Departamento, relativos às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

## Capítulo VIII

### DA ELEIÇÃO E MANDATO DOS MEMBROS DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

**Art. 20.** No mínimo 40 (quarenta) dias antes do término do mandato dos membros do Conselho, competirá à Chefia do Departamento designar Comissão Eleitoral que se incumbirá de coordenar o processo eleitoral.

§ 1º. A Comissão Eleitoral será composta, preferencialmente, por um servidor docente, um servidor técnico-administrativo e um discente.

§ 2º. Os trabalhos da Comissão Eleitoral no decorrer da votação e da apuração deverão permanecer acessíveis a qualquer membro do Departamento, vedada, porém, qualquer interferência que venha prejudicar seu andamento ou a violação do sigilo do voto.

**Art. 21.** Os membros representantes das categorias previstas nos incisos III, VII e VIII do artigo 7º, assim como seus respectivos suplentes, serão eleitos por seus pares, através do voto secreto, observando-se o disposto no Regimento Geral da UFSCar.

§ 1º. Os representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos exercerão mandato de dois anos, permitida uma única recondução consecutiva.

§ 2º. Os representantes discentes exercerão mandato de um ano, permitida uma única recondução consecutiva.

**Art. 22.** A escolha do Chefe e do Vice-Chefe do Departamento será realizada por meio de voto secreto, pelos servidores docentes e técnico-administrativos lotados no DM, bem como pelos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, nos quais o Departamento seja majoritário na oferta de disciplinas.

**Parágrafo único:** Além dos estudantes de graduação, poderão votar, na escolha de Chefe e Vice-Chefe, os estudantes de pós-graduação matriculados nos programas definidos pelo Conselho Departamental, nos termos do artigo 7º, § 2º, deste Regimento.

**Art. 23.** Poderão candidatar-se à Chefia e Vice-Chefia todos os docentes lotados no DM, respeitadas as restrições legais.

**Art. 24.** As inscrições de candidaturas para Chefia e Vice-Chefia do Departamento serão realizadas na forma de “chapa”, com a expressa indicação do candidato a Chefe e o candidato a Vice-Chefe.

**Parágrafo único.** As chapas deverão inscrever-se mediante ofício dirigido à Comissão Eleitoral designada para a condução do processo eleitoral, observando-se o calendário eleitoral previamente divulgado pela referida Comissão.

**Art. 25.** As inscrições de candidaturas para representação da categoria docente, de técnico-administrativo e de discente serão realizadas na forma de “chapa”, com expressa indicação do candidato efetivo e do candidato suplente, observando-se o calendário eleitoral previamente divulgado pela referida Comissão.

**Art. 26.** A cédula de votação deverá ser elaborada de modo a identificar os componentes da “chapa”, por ordem de inscrição.

§ 1º. Para a eleição à Chefia a cédula deverá conter os nomes dos candidatos a Chefe e a Vice-Chefe;

§ 2º. Para a escolha de representante dos docentes, técnico-administrativos e discentes, a cédula deverá identificar cada categoria a ser representada e o nome de cada candidato efetivo e suplente.

**Art. 27.** A eleição para Chefe, Vice-Chefe e/ou representantes das categorias ocorrerá em data e local previamente designados pela Comissão Eleitoral, podendo ocorrer de forma remota.

§ 1º. No ato da votação, os eleitores deverão comparecer munidos de documento de identificação e assinar a correspondente lista de votantes.

§ 2º. Serão considerados “válidos” os votos depositados na urna, contendo a rubrica de pelo menos um dos membros da Comissão Eleitoral e que não sejam considerados “brancos” ou “nulos”.

§ 3º. O voto será considerado “branco” quando a cédula original não contiver qualquer marca grafada pelo eleitor.

§ 4º. O voto será considerado “nulo” quando a cédula original contiver qualquer outra identificação que não o “X”, no campo adequado e que deixe margem de dúvida quanto à preferência do eleitor.

§ 5º. A Comissão Eleitoral poderá confeccionar e entregar aos eleitores, no momento da votação, duas cédulas distintas, sendo uma delas destinada a escolha de Chefe e Vice-Chefe e a outra destinada à escolha dos representantes da categoria a que pertence o eleitor.

§ 6º. A categoria com até 05 (cinco) representados poderá fazer a indicação de seus representantes Titular e Suplente, em documento assinado por todos os representados de sua categoria.

§ 7º. A Comissão Eleitoral poderá delegar à coordenação de graduação e às coordenações de pós-graduação conduzir consulta aos discentes que lhes competem para preenchimento de vaga discente de titular e suplente no CD-DM. O resultado da consulta deverá ser informado à comissão eleitoral.

**Art. 28.** Ao final do período estabelecido para a votação, dar-se-á a apuração dos votos e, em seguida, serão divulgados os números válidos, brancos e nulos, assim como os votos de cada um dos candidatos e os resultados preliminares, assegurando-se, aos interessados, a possibilidade de interposição de recurso.

**Parágrafo Único.** Os votos válidos comporão o resultado final para a eleição da chefia, sendo que para a apuração do resultado será calculado o índice

$$I = \frac{0,7 \times V_{VD}}{T_D} + \frac{0,15 \times V_{VT}}{T_T} + \frac{0,15 \times V_{VE}}{T_E},$$

onde:  $V_{VD}$  = votos válidos de servidores docentes;  $T_D$  = total de servidores docentes;

$V_{VT}$  = votos válidos de servidores técnico-administrativos;  $T_T$  = total de servidores técnico-administrativos;  $V_{VE}$  = votos válidos de estudantes;  $T_E$  = total de estudantes.

**Art. 29.** Será considerada eleita a chapa candidata à Chefia que obtiver o maior índice  $I$ .

**Parágrafo Único.** Em caso de empate entre chapas, serão considerados, para fins de desempate, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Candidato à Chefia com maior titulação na carreira docente;
- b) Candidato à Chefia com maior tempo de vínculo docente na Universidade;
- c) Candidato à Chefia com maior idade.

**Art. 30.** Serão considerados eleitos os representantes que obtiverem o maior número de votos válidos obtidos junto à sua categoria.

**Parágrafo único.** Em caso de empate entre candidatos às categorias de docente, servidor técnico-administrativo e discente, serão considerados, para fins de desempate, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Candidato com maior tempo de vínculo, na categoria que pretende representar, na Universidade;
- b) Candidato com maior idade.

**Art. 31.** Competirá à Comissão Eleitoral emitir relatório que descreverá todas as etapas realizadas no decorrer do processo eleitoral, inclusive eventuais impugnações e recursos, números de votos válidos e não válidos, abstenções, identificando, ao final, os candidatos eleitos para o mandato a se iniciar.

§ 1º. As cédulas de votação, da eleição à Chefia, devidamente acondicionadas em envelope lacrado contendo as rubricas da Comissão Eleitoral, bem como as listas de votantes, deverão ser anexadas ao relatório final, que será encaminhado ao Conselho Departamental para ciência e posterior homologação pelo Conselho de Centro.

§ 2º. No caso de vacância de alguma representação, um novo processo eleitoral deverá ser realizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para preenchimento da vaga e o novo representante completará o mandato do membro substituído.

## Capítulo IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 32.** Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Conselho Departamental.

mental em reunião ordinária ou extraordinária, de acordo com a necessidade que o assunto exija.

**Art. 33.** Qualquer alteração no presente Regimento deverá ser aprovada por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho Departamental, devendo, ainda, ser aprovado pelo Conselho de Centro e homologado pelo Conselho Universitário.

**Art. 34.** O presente Regimento entrará em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Universitário, revogando-se as disposições em contrário.